



ESPECIAL ALIMENTAÇÃO

COMEMOS MELHOR OU PIOR?

Entre perdas e ganhos nos últimos 50 anos,
avancamos em segurança alimentar. Mas falta
combinar quantidade com qualidade

[NOTAS]

[RESÍDUOS SÓLIDOS 1]

Cerco às indústrias de eletroeletrônicos

O Ministério Público do Estado de São Paulo está apertando as empresas dos setores de celulares e acessórios, de eletroeletrônicos e informática e de pilhas e baterias para que detalhem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos e logística reversa. A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente alega ter indícios de resistência ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), notadamente na área de logística reversa.

No início do ano, a Promotoria instaurou um inquérito civil para apurar essa suspeita. Dezenas de empresas dos três setores, e também a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), que as representa, foram notificadas para que apresentassem seus respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos e logística reversa para o Estado de São Paulo.

Segundo o promotor José Eduardo Lutti, os planos apresentados não estavam adequados à legislação. Nova notificação foi, então, enviada no começo de novembro, estipulando o prazo de 30 dias para que as empresas ou a Abinee complementassem as informações, sob pena de terem de responder a uma ação civil.

A promotoria precisa saber o volume de vendas registrado no estado e a quantidade de produtos recolhidos nos programas de logística reversa e, com isso, poder cruzar tais informações com outros dados de que dispõe. “As empresas costumam alegar sigilo comercial para driblar esse tipo de requisição”, diz Lutti. Mas, até o momento, a medida que tomaram foi apenas protelatória. Isto é, estão enviando ofícios em que pedem a prorrogação do prazo por



WILL FERNANDES/REUTERS

mais 30 dias para a entrega das informações, o que transfere o desfecho do inquérito civil para janeiro de 2014.

O gerente da área de Responsabilidade Socioambiental da Abinee, Ademir Brescansin, informou que, embora as indústrias tenham sistemas independentes de logística reversa, a ideia em discussão atualmente com o governo federal é de um acordo setorial em que as indústrias atuem de forma consorciada em nível nacional. “Não dá para ter um comportamento diferenciado para cada estado. O País precisa de uma regra única”, disse.

— POR MAGALI CABRAL

[RESÍDUOS SÓLIDOS 2]

ABRELPE PREMIA PÁGINA 22

A edição “Lixo Zero”, de setembro de 2013, ganhou o Grand Prix do 18º Prêmio da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) de Reportagem e o 1º lugar na categoria Veículo Impreso. *Diário do Nordeste* e *Horizonte Geográfico* ficaram com o 2º e o 3º lugar, respectivamente.

[LEGISLAÇÃO]

ATIVISMO CONTRA OS RURALISTAS

Desanimados com a composição atual do Parlamento e a dificuldade de diálogo com a presidente Dilma Rousseff, os ambientalistas comemoram a suspensão, pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), da instalação da comissão especial que analisará a PEC 215/2000.

A proposta transfere do Executivo ao Congresso a competência para aprovar a demarcação de Terras Indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a criação de

Unidades de Conservação (UCs).

O recuo de Alves foi decorrência direta da Mobilização Nacional Indígena, ocorrida de 30 de setembro a 5 de outubro. “O governo faz ‘corpo mole’ ao não mobilizar sua base no Congresso para impedir as investidas crescentes da bancada ruralista sobre políticas socioambientais e os direitos ambientais, de povos indígenas e quilombolas inscritos na Constituição de 1988”, diz Márcio Santilli, assessor do programa Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA). Ele vê na mobilização social a única possibilidade a curto prazo de segurar o avanço ruralista. Procurado para comentar as declarações de Santilli, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) informou, por meio da assessoria de imprensa, que não costuma tecer comentários sobre suas estratégias relativas à tramitação de matérias no Congresso Nacional.

Entre as muitas propostas polêmicas em tramitação no Congresso, destacam-se o projeto que restringe a expropriação de terra

à exploração de trabalho escravo diretamente pelo dono da fazenda, vários projetos para reduzir UCs, além de outros que afrouxam o licenciamento ambiental, e a reabertura da Estrada do Colono, que cortava o Parque Nacional do Iguaçu.

O governo Dilma Rousseff diminuiu a área de algumas UCs na Amazônia, patrocinou a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, que removeu do Ibama o poder de autuar crimes ambientais quando o licenciamento é efetuado por estados e municípios, e prepara uma medida provisória que diminuirá o papel do MMA e da Anvisa no registro de agrotóxicos.

“Quando o governo não consegue regular a demanda por energia, alimentos e minérios, a pressão acaba explodindo no Legislativo”, comenta Jean Timmers, superintendente de políticas públicas do WWF-Brasil. Segundo ele, o desmonte da legislação ambiental vem acontecendo em vários países, sobretudo nas economias emergentes. — POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

[XISTO]

LARGADA QUEIMADA

Com a 12ª Rodada de Óleo e Gás da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Brasil pode dar o primeiro passo para a exploração de gás natural não convencional, conhecido popularmente como xisto. Mas a comunidade científica, organizações da sociedade civil e até o Ministério Público Federal (MPF) consideram equivocada esse avanço.

O leilão ofertou 240 blocos de exploração de gás natural, dos quais apenas 72 foram arrematados. A concessão abre precedente para explorar o gás xisto, no caso de ele ser encontrado nos blocos. Isso em um cenário de nenhuma regulação nem marco legal específico, além de um fraco diagnóstico sobre as tecnologias demandadas para essa nova matriz.

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou, em parecer técnico (*ver em bit.ly/1cRdToC*), a suspensão da licitação e a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica para esclarecer todos os riscos relacionados à exploração do xisto. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências também sugerem, no mínimo, uma moratória da atividade.

A contaminação de mananciais é o ponto mais crítico. Grande parte dos blocos ofertados sobrepõe-se a áreas de aquíferos, inclusive o Guarani, crucial para o abastecimento da área mais adensada do País. Bianca Dieilli, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, explica que

cada perfil geológico exige uma tecnologia diferente para descontaminar as águas dos inúmeros aditivos químicos usados no processo de fraturamento das rochas.

Além disso, a legislação brasileira falha muito na responsabilização de atores pela contaminação de águas subterrâneas. Bianca reforça o argumento da academia, de que o xisto poderia prejudicar ainda mais o acesso à água potável em áreas críticas: “Se o tratamento de água de abastecimento é caro, imagine o de água com vários compostos químicos” (*mais sobre a exploração do gás xisto em bit.ly/1674rfG*). — POR CAROL NUNES

[MUDANÇA CLIMÁTICA]

UMA COP PARA NÃO ESQUECER

A 19ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança Climática (UNFCCC), em Varsóvia, na Polônia, terminou em novembro passado em clima tenso, com as organizações da sociedade civil abandonando o evento com acusações de que o governo polonês atrapalhou muito ao, por exemplo, sediar simultaneamente um fórum sobre o poluente carvão.

Algumas características da reunião das Nações Unidas, no entanto, foram marcantes e devem reverberar nos próximos encontros, possivelmente a favor dos acordos para redução das taxas de emissão de gases de efeito estufa. É no que aposta Sílvia Dias, membro do Conselho Deliberativo da organização Vitae Civis.

Ela acompanha as negociações climáticas desde 2009 e esteve em Varsóvia

para a COP 19. Para ela, um dos destaques dessa conferência foi a maior presença de jovens, o que trouxe novas perspectivas sobre a urgência das definições.

“Quando as COPs sobre o clima começaram (*a primeira foi em 1995, em Berlim*), falava-se que o aquecimento era um problema que nossos filhos e netos enfrentariam. Hoje, nossos filhos e netos são justamente esses jovens que nasceram em um mundo em que nações tentam, sem muito sucesso, fechar acordos para frear a mudança climática”, diz Sílvia.

O fato de um tufão ter atingido e devastado as Filipinas às vésperas da COP e de sua intensidade ter sido apontada como provável consequência da mudança climática só enfatizou o que o 5º Relatório do IPCC havia divulgado em setembro. Houve maior certeza, nas reuniões, sobre a influência da atividade humana no aquecimento global.

Sílvia destaca que o novo relatório tornou ainda mais difícil qualificar o aquecimento como um fenômeno meramente natural. Ponto negativo para a organização polonesa que divulgou, em documentos e em um aplicativo de celular, informações contrárias, negando a causa antrópica do aquecimento.

A juventude que chegou com força nesse momento das negociações deve ficar de olho. Não há mais nenhuma geração para esperar que reuniões anuais resolvam o destino de todos. — POR THÁIS HERRERO

[GASTRONOMIA]

BISTRÔ SEM ESCARGOT

O bistrô é aquele restaurante francês, metido a chiquezinho e de preço salgado, certo? Errado. Bistrô é como a *osteria* italiana ou o *pub* inglês – um lugar de boa comida e não por acaso aconchegante: é a casa que o próprio dono abre para uma clientela próxima, e faz da cozinha um lugar para realmente ser visitado.

Um pouco cansada da badalada indústria gastronômica que faz a fama de São Paulo, Fabiana Goll, que se define cozinheira, procurou outros caminhos nem por isso menos saborosos. Ela é dona do Otto Bistrot, casa que habita no coração da cidade, cercada de minhocário para compostagem, temperos cultivados em canteiros verticais feitos de *pallets*, e mobiliário todo de segunda mão.



WILL FERNANDES/REUTERS